

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

1.1. Principal evento ocorrido no exercício

1.1.1. Efeitos decorrentes da COVID-19

A Administração da Companhia acompanha as informações financeiras da Suzano S.A, por impactar as ações da Suzano S.A. (SUB3), vide nota 7.

A Suzano S.A. vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus, no que se refere à segurança das pessoas e à continuidade de seus negócios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2021.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

resultados abrangentes, quando e se os mesmos transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019.

3.1. Políticas contábeis adotadas

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC 48.

b) Ativos financeiros:

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda.

c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.1.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.1.4. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram alteradas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- . Combinação de negócios – CPC 15/IFRS 3;
- . Apresentação das demonstrações contábeis – CPC 26/IAS 1 e Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – CPC 23/IAS 8;
- . Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2);

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- . Arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16;
- . Reforma da taxa de juros de referência – CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 – Fase 1 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2020, permitida adoção antecipada)

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimento	<u>2.370</u>	<u>2.605</u>

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa média ponderada acumulada de 85,6% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAAA” pelas agências Fitch e Standard & Poor's.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha dividendos propostos a pagar no montante de R\$ 108, pagos em 08 de maio de 2020, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2020.

Os dividendos recebidos, cuja contrapartida é o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Suzano S.A.	-	286
Suzano Holding S.A.	<u>8</u>	<u>184</u>
	<u>8</u>	<u>470</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, uma vez que a remuneração é

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(95)	461
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	32	(157)
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa correntes	(35)	-
Dividendos recebidos	3	160
Outras adições (exclusões)	-	(9)
	-	(6)
Imposto de renda		
Diferido	-	(5)
Contribuição social		
Diferido	-	(1)
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos períodos	-	(6)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	867	841
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	595	585
Total ativo	1.462	1.426
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	16.998	11.279
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	6.119	4.060
Total passivo	23.117	15.339
Total líquido passivo não circulante	21.655	13.913

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R\$ 3.466 e R\$ 6.608, respectivamente, (R\$ 3.363 e R\$ 6.505 em 31 de dezembro de 2019).

7. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

	Quant. Ações	Tipo	% Participação	31/12/2020			31/12/2019		
				Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	675	36.993	37.668	675	24.857	25.532
Suzano Holding S.A.	267.787	PN	0,39%	2.329	30.997	33.326	2.329	20.259	22.588
				3.004	67.990	70.994	3.004	45.116	48.120

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Em 2020, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

8. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Será proposto para próxima Assembleia a capitalização de parte das reservas de lucros, devido ao excesso das reservas sobre o capital.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

9. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(41)	(54)	(95)
Quantidade média ponderada de ações do período	34.000	40.000	74.000
Prejuízo básico e diluído por ação	(1,21795)	(1,33974)	

	31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	198	257	455
Quantidade média ponderada de ações do período	34.000	40.000	74.000
Lucro básico e diluído por ação	5,83333	6,41667	

A

Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro diluído por ação é o mesmo que o básico.

10. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(11)	(11)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	10	22
Rendimentos das aplicações financeiras	51	137
Resultado financeiro líquido	50	148

11. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Anúncios e publicações	(49)	(54)
Taxas da CVM	(80)	(78)
Auditoria	(23)	(24)
Outras despesas	(1)	(1)
	(153)	(157)

12. Provisão para causas judiciais

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía nenhum processo classificado como de perda provável ou possível.